

O “ABOMINÁVEL O NOME DE SOLDADO”:

O recrutamento militar na Bahia para a Colônia do Sacramento

PAULO CÉSAR POSSAMAI*

A história da Colônia do Sacramento apresenta diversas facetas que foram diferentemente realçadas pelos historiadores de acordo com suas áreas de interesse. Centro de contrabandistas, mas também posto avançado da fronteira, Sacramento foi o alvo de constantes ataques dos súditos da Espanha, colonos e indígenas, contra a presença portuguesa no Rio da Prata. A necessidade sempre urgente de manter a guarnição da fortaleza, mais desfalcada pela deserção que pela morte frente ao inimigo, fez com que a Coroa portuguesa adotasse uma política que conjugava o estímulo à emigração, o uso do degredo e, principalmente, do recrutamento forçado para assegurar a presença luso-brasileira na região.

O sistema de recrutamento

Com raras exceções, a carreira militar não desfrutou de grande prestígio entre os plebeus do Antigo Regime, uma vez que as condições de vida do soldado eram muito difíceis, submetido à violência dos oficiais e aos freqüentes atrasos de pagamento. Tendo em vista essa situação, não admira que os governos normalmente recorressem a meios violentos no momento do recrutamento, uma vez que poucos se apresentavam como voluntários para o serviço militar. Na Europa, um meio de conseguir soldados “voluntários” era recrutar os camponeses durante o inverno, quando, para fugir à fome, muitos se alistavam. Contudo, a conscrição foi implantada na França em 1688 e no ano seguinte em Hanover e na Prússia. Em 1704 ela foi adotada na Inglaterra como “uma medida de polícia” contra vagabundos e mendigos, prática que foi regulamentada pelo *Conscription Act*, de 1709 (CARDINI, 1992, pp. 190-193).

Em Portugal, o sistema de recrutamento foi estabelecido pelo Regimento das Ordenanças de 1570, o qual regulamentava que toda a população masculina, dos 16

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal de Pelotas. Este artigo sintetiza partes da minha tese de doutorado, publicada em 2006 pela Editora Livros do Brasil, de Lisboa, com o nome: *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento*, e conta com acréscimos resultados de pesquisas posteriores à defesa da tese e a sua publicação.

aos 60 anos, excetuando os privilegiados, estava enquadrada no regime de ordenanças, que tinha por principal função recrutar homens para as tropas de linha e tropas auxiliares (GOUVEA e MONTEIRO, in: MATTOSO, 1997, p. 199). Constituindo um dos suportes fundamentais da estruturação das relações de poder em nível local, essa organização subsistiu até a vitória do regime liberal, no século XIX (COSTA, 1995, p. 121). Nos corpos de ordenança, os privilégios de uma patente militar não se traduziam em ganhos monetários, mas em prestígio e posição de comando. Para a Coroa, interessada em reduzir seus gastos com a administração, não era de todo inconveniente fornecer alguma parcela de poder em troca do serviço não remunerado (SALGADO, 1990, p. 111).

Se a incorporação aos corpos de ordenança era mesmo desejada por uma parcela da população, o mesmo não ocorria com relação ao recrutamento para a tropa de linha. Como só em 1779 um decreto estabeleceu em dez anos a duração do serviço militar, antes dessa data, a incorporação ao exército era encarada como uma condenação perpétua, sentimento reforçado pelos autores militares, que se referem ao serviço militar como uma forma de “servidão”, ou mesmo de “escravidão” (COSTA, 1996, p. 13). Em vista dessa situação, é natural que os homens procurassem por todos os meios evitar a conscrição.

Se, a princípio, todos os homens celibatários, entre os 17 e 30 anos, estavam aptos para serem inscritos nas tropas regulares, uma série de privilégios concedidos pela Coroa a determinadas profissões e devoções religiosas oferecia refúgio a muita gente contra a atuação dos recrutadores (COSTA, 1998, p. 972). A disseminação dos privilégios que, muitas vezes se estendiam aos subordinados dos detentores dos mesmos (COSTA, 1995, p. 130), permitiu a criação de amplas redes de proteção contra o recrutamento compulsório (COSTA, 1996, p. 15), fazendo com que o alvo principal dos recrutadores recaísse sobre os vagabundos, malfeitores, trabalhadores itinerantes e todos aqueles que não contavam com a proteção das comunidades locais (COSTA, 1995, p. 126).

Aos privilegiados pela Coroa somavam-se os protegidos pelas autoridades locais. Henry Koster, que morou em Pernambuco em princípios do século XIX, viu “muitos rapazes serem levados para o serviço quando eram sustentáculos de suas

famílias, sendo que outros, vivendo na ociosidade, foram protegidos pela defesa do capitão-mor” (KOSTER, 2002, p. 490).

Em 1762, o governo interino da Bahia informou a Coroa sobre as dificuldades que encontrava para completar o Terço de auxiliares, “sendo a causa desta grande falta o grande número de privilegiados que tem esta terra”. Entre os privilegiados listavam-se os pedintes da S. S. Trindade, Santo Antônio e Meninos Órfãos, Tesoureiros da Bula da Santa Cruzada, familiares do Santo Ofício, moedeiros, relojoeiros, tanoeiros, carvoeiros, marinheiros, carpinteiros e calafates. Quanto aos “homens de negócio e seus caixeiros só querem alistar-se nas ordenanças, querendo entrar no número dos privilegiados, o que tudo faz um grande número de homens com que não só se podia completar o Terço de Auxiliares, mas ainda fazer outro” (Anais da Biblioteca Nacional, 1909, XXXI, p. 503).

Não é de se estranhar que se buscasse antes a incorporação aos corpos de ordenança que às tropas auxiliares, uma vez que as ordenanças não só asseguravam o status social, como também garantiam a seus membros que eles não seriam enviados em missões para fora da área de atuação do regimento, sem falar no poder que advinha da execução do recrutamento. Era prática comum que as pessoas abusassem do poder que lhes fora conferido pelo sistema de ordenanças durante o alistamento militar a fim de proceder a vinganças pessoais.

Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, governador interino de Minas Gerais, escrevia ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, em 1736, falando do recrutamento para a Colônia do Sacramento, que “os oficiais das milícias nada desejam tanto como estas prisões” (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1911, II, p. 374). Escrevendo em fins do período colonial, Henry Koster assim descrevia o período em que se ordenava o recrutamento: “É nessa ocasião que a tirania tem o seu esplendor, que o capricho e o arbítrio se aliam e que a mais injusta parcialidade prevalece, e se executa a mais intolerável opressão” (KOSTER, 2002, p. 489).

Não é à toa que personalidades que se destacavam nas comunidades fizessem questão de obter cargos de comando nas ordenanças. Romero Magalhães sintetizou o poder de que estavam investidos com uma frase: “Fazer soldados, poder tremendo! Não os fazer, maior ainda” (Apud COSTA, 1995, p. 121).

Buscava-se, portanto, escapar ao alistamento de todas as maneiras, pois, devido às péssimas condições da vida do soldado, a carreira militar era execrada pela população pobre, que dificilmente conseguia ascender na hierarquia militar. Em 1761, o governo interino informou à Coroa que, na Bahia, era “muito abominável o nome de soldado, e por este motivo não há ninguém que por seu gosto queira sentar praça, e todo aquele que foi obrigado o seu maior empenho e diligência é o livrar-se de soldado”. Os poucos que buscavam o serviço militar voluntariamente o faziam forçados pela total falta de perspectiva. O governo em Salvador alertava Lisboa dizendo que os voluntários eram “quase todos crianças, filhos de gente tão pobre que andam pelas ruas nus só com a camisa, que chegando à idade que já se envergonham de andar assim, vêm sentar praça por terem [com] que vestir e com que se alimentar” (Anais da Biblioteca Nacional, 1909, XXXI, p. 469).

Embora esta situação fosse crônica em Portugal e seus domínios, ela era bastante comum na Europa durante o Antigo Regime, com pequenas variações em cada reino, uma vez que, em geral, as monarquias buscavam evitar o recrutamento dos privilegiados e das camadas produtivas da sociedade (CARDINI, 1992, p 193). Comparando a formação das forças armadas de sua época com o exército composto de cidadãos na antiga Roma, Montesquieu escreveu: “Entre nós, as deserções são freqüentes, por que os soldados são a mais vil parte de cada nação” (MONTESQUIEU, 1968, p. 35).

No Brasil, a resistência ao serviço militar era tão grande que boatos sobre o recrutamento perturbavam o cotidiano de vilas e cidades. Em agosto de 1704, o governador-geral, D. Rodrigo da Costa, escreveu ao sargento-mor da vila do Camumú, na Bahia, para remeter presos a Salvador os viajantes que passaram pela vila espalhando o boato que ele mandara “prender gente para a Nova Colônia” (Documentos Históricos, 1938, XL, p. 171). D. Rodrigo também escreveu para o juiz da vila de Boipeba sobre a remessa de farinha para a guarnição, alertando que “nesta ocasião não mando socorro algum de gente para a Nova Colônia, por cujo respeito não é necessário prender nenhuma pessoa para esse efeito” (Documentos Históricos, 1938, XL, p. 278). De fato, bastava um rumor sobre o recrutamento para que a população fugisse dos centros urbanos (PEREGALLI, 1986, p. 22).

Baianos na Colônia do Sacramento

Já na primeira expedição de socorro frente ao ataque dos espanhóis à recente fundação de Sacramento, em 1680, à câmara de Salvador foi ordenado que se pagasse dois meses adiantados dos soldos das quatro companhias de infantaria que deviam partir da Bahia (Documentos Históricos, 1949, LXXXVI, p. 229).

Em outubro de 1703, embarcaram em Salvador dois capitães com duzentos soldados de duas companhias de infantaria, cujos soldos deveriam ser pagos pela câmara (Documentos Históricos, 1949, LXXXVI, p. 55). Em dezembro do ano seguinte a câmara recebeu uma portaria para remeter um conto, setecentos cinquenta e um mil e quatrocentos réis para o provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro a fim de pagar os nove meses de soldos atrasados dos militares que foram enviados da Bahia para a Colônia do Sacramento (Documentos Históricos, 1949, LXXXVI, p. 63). Em 1705, quando a população de Sacramento foi evacuada para o Rio de Janeiro por conta de outro ataque dos espanhóis, a câmara de Salvador foi novamente convocada para pagar as rações de farinha da tropa até que se desse a volta dos militares à Bahia (Documentos Históricos, 1949, LXXXVI, p. 67).

Restabelecida a posse da Colônia do Sacramento para Portugal através do Tratado de Utrecht, assinado em 1715, a expedição encarregada de reconstruir a fortaleza foi enviada do Rio de Janeiro. Porém, não tardou para que a Bahia, onde residia o vice-rei do Brasil, fosse convocada a participar do projeto colonizador português no Rio da Prata. Em 1722, D. João V ordenou ao vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes, conde de Sabugosa, que registrasse os socorros em munições, soldados e profissionais (pedreiros e carpinteiros) que enviara para a Colônia do Sacramento. O vice-rei pensou em agregar mais gente aos soldados que vinham da metrópole, mas refletiu que, se “das praças do Brasil pudessem ir alguns vadios, contudo não me parece conveniente por que tanto que chegam, desertam para os castelhanos, do que se segue por muitas razões o prejuízo que Vossa Majestade não ignora” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, D. 1298).

Em outubro de 1724, o vice-rei escreveu ao governador do Rio de Janeiro informando-o de que aportou em Salvador o navio *Jesus, Maria José*, que vinha de Lisboa com destino a Sacramento com munições e cem homens “que junto com os que Vossa Senhoria remeteu poderá aquele presídio ficar com uma grande guarnição”

(AHU_ACL_CU_005, Cx. 20, D. 1773). O rei agradeceu pela assistência dada aos soldados, profissionais e casais destinados à Colônia durante sua estadia em Salvador. A Coroa se preocupava com uma possível fuga dos soldados e por isso mandou prender os militares desembarcados, pois:

“suposto que os soldados sentaram praça voluntariamente talvez se valessem desse pretexto para sua deserção visto estarem impedidos para passarem ao Brasil sem todas aquelas circunstâncias se façam dignos de passaportes e nesta moral certeza os mandareis recolher no forte de São Pedro aonde têm quartéis com toda a segurança, parando poderem fugir e achar-vos sem eles quando a nau fosse para a Colônia” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 22, D. 1995).

O vice-rei acrescentava ainda que ao socorro destinado em Lisboa à Colônia do Sacramento agregou “algumas pessoas que poderão ser proficuas àquela povoação” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 22, D. 1995). O documento não informa quais seriam essas pessoas, se casais ou homens recrutados para a guarnição de Colônia.

Em 1731 o rei escreveu ao conde de Sabugosa ordenando-lhe que suprisse a falta de oficiais do Terço de Sacramento, ao que o vice-rei respondeu: “pela parte que me toca farei com que se evite a excessiva falta de oficiais que se experimenta na praça da Nova Colônia do Sacramento” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 39, D. 3587). O comentário lacônico não diz que meio utilizaria para suprir a guarnição com oficiais.

Se a maioria dos militares que serviam na Colônia do Sacramento vinha do Rio de Janeiro, a cujo governo estava a praça estava subordinada, e, por vezes da metrópole, em situações de grande perigo mobilizavam-se todos os recursos humanos e materiais do Estado do Brasil, como ocorreu durante o cerco de 1735-1737, quando foram enviados para Sacramento reforços provenientes da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo. Deteremo-nos aqui no recrutamento efetuado na Bahia.

Quando se intensificaram as pressões do novo governador de Buenos Aires para que os portugueses se mantivessem dentro do limite do alcance do tiro de canhão disparado da fortaleza, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos, prevendo o pior, escreveu ao rei pedindo-lhe novos artilheiros, pois os vinte e um com quem contava “são incapazes por velhos e estropiados; e o mesmo sucede aos seus oficiais”. Reforçava então à Coroa o pedido que fizera ao vice-rei para que lhe mandasse seis oficiais e cinquenta soldados de artilharia. Pedia a D. João V que ordenasse ao vice-rei o recrutamento compulsório de Diogo Pais, que servira anteriormente em Colônia como

ajudante de artilharia e que, após casar-se em Salvador, abandonara o serviço militar. Embora recomendasse o emprego da força, Vasconcelos aconselhava que se lhe desse, ou promettesse, a patente de capitão, a fim de que Diogo Pais fosse para Sacramento “com mais gosto” (AHU_ACL_CU_012, Cx. 3, D. 313).

D. João V acolheu o pedido do governador Vasconcelos e escreveu ao vice-rei, conde das Galveias, para que mandasse logo embarcar Diogo Pais para Colônia “dando-lhe ou prometendo-lhe a patente de capitão”, a fim de que ensinasse o manejo da artilharia em Sacramento. Porém, segundo o vice-rei, Diogo Pais achava-se “embaraçado com as contas de tesoureiro dos defuntos e ausentes desta comarca e com muitas outras dependências”. Tendo em vista esta situação, o conde das Galveias enviou como substituto um capitão de artilharia “que já no Rio de Janeiro, no tempo em que aí se deteve, deu mostras da sua capacidade” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 56, D. 4803).

Avisado do ataque espanhol à Colônia do Sacramento, o vice-rei tratou de organizar uma expedição de socorro que saiu de Salvador, a bordo de dois navios, em 31 de dezembro de 1735. Compunha-se de um destacamento de duzentos soldados, retirados dos dois Terços que guarneciam a cidade, aos quais se acrescentaram três capitães de infantaria e um de artilharia, três alferes, seis sargentos e cinquenta artilheiros. Os reforços foram divididos em quatro companhias: duas de sessenta soldados cada e uma de oitenta, enquanto outra reunia os cinquenta artilheiros (MIRALES, 1900, p. 172).

A escala das tropas da Bahia no Rio de Janeiro trouxe o medo da deserção e por isso o governador ordenou que todos os oficiais e soldados estivessem sempre a postos nos quartéis consignados, sendo castigados como desertores os que se ausentassem deles. O castigo incluía as pessoas que ajudassem os desertores, incorrendo em pena de cinco anos de degredo em Angola (Arquivo Nacional, cód. 60, vol. 19, ff. 199-199v.). Porém não havia só o risco de deserções, pois enquanto se esperava a partida da frota para Sacramento irromperam distúrbios entre os reforços vindos da Bahia e a guarnição do Rio de Janeiro, causando certo número de baixas entre mortos e encarcerados (SÁ, 1993, p. 94).

O recrutamento forçado trazia diversos problemas, dentre os quais, o principal era a dificuldade em manter a disciplina entre homens que geralmente não tinham feito um treinamento militar prévio. Segundo o cronista Simão Pereira de Sá,

mal desembarcado, o destacamento da Bahia em Colônia “começaram os soldados com distúrbios, e desgostos a inquietar a praça. Mostravam que da guerra não tinham experiência, [e ainda] menos sofrimento para os trabalhos de um sítio rigoroso. Sabiam melhor contender com os domésticos, que disputar com os estranhos” (SÁ, 1993, p. 96). Segundo o mesmo, os baianos trouxeram mais problemas que auxílio e, por fim, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos resolveu desembaraçar-se deles mandando-os embarcar para Laguna a fim de buscar carne para o sustento da praça, de onde o destacamento saía “mal quisto com o povo por alguns insultos cometidos aos paisanos” (SÁ, 1993, p. 110).

Entretanto, novos reforços se faziam necessários, pois a notícia de que a Coroa espanhola preparava duas naus para aumentar as suas forças no Rio da Prata fez D. João V ordenar a ida de uma frota em socorro a Colônia (SÁ, 1993, p. 107). A 25 de março de 1736, zarpavam de Lisboa duas naus de 60 peças e uma fragata de 54, sob o comando do coronel Luís de Abreu Prego. Seguiu com o coronel Prego o mestre de campo André Ribeiro Coutinho, considerado um dos mais brilhantes oficiais portugueses, com larga experiência no Estado da Índia. Posteriormente, acrescentar-se-iam mais duas fragatas, que deveriam acompanhar a frota da Bahia, a qual zarpou em 21 de agosto. Os navios de guerra seguiam com uma tripulação maior do que a necessária, à qual se acrescentaria um destacamento a ser retirado da guarnição do Rio de Janeiro (BARRETO, 1975, pp. 9-17).

O grande número de gente concentrada no pequeno recinto fortificado causou inúmeros problemas. No inverno de 1736, aumentaram os protestos dos soldados na Colônia do Sacramento, especialmente dos que chegaram com os reforços do Rio de Janeiro e da Bahia, que não estavam acostumados ao clima frio da região platina. Às doenças causadas pelo frio, contribuía para aumentar o descontentamento dos soldados a falta de mantimentos e o atraso no pagamento dos soldos (SILVA, 1993, p. 95). Segundo Simão Pereira de Sá, nessa ocasião mesmo os animais domésticos foram sacrificados para conter a fome dos sitiados. As poucas galinhas que restavam eram vendidas a quatro mil réis, os gatos custavam meio peso espanhol e um quarto de cão, oitenta réis. Ervas silvestres e ratos também serviram de fonte de alimentação para os sitiados, enquanto as poucas rações de carne salgada, muitas vezes já em estado de putrefação, eram reservadas aos doentes (SÁ, 1993, p. 105).

Quando chegavam remessas de alimentos nos navios de socorro, não se sabia como cozinhá-las, pois, como escrevia o comandante da frota, não havia madeira disponível, e por isso “já não há casa que tenha porta interior, nem coisa de madeira que se não tenha queimado e muitos comprando carros para o mesmo efeito” (Revista do IHGRS, 1946, nº 104, p. 349). Além do problema ocasionado pela falta de lenha, havia a circunstância de que a maior parte dos mantimentos recebidos era composta de farinha de mandioca e carne salgada, alimentos impróprios para serem consumidos pelos doentes, que ao invés de melhorarem, morriam por causa da dieta que lhes era imposta pelas circunstâncias (Revista do IHGRS, 1945, nº 99, p. 87).

Por sua vez, as constantes remessas de alimentos com que as cidades do litoral brasileiro eram obrigadas a contribuir para com o esforço de guerra prejudicavam bastante a população local. D. Pedro Antônio d’Estrés, imediato da nau Nossa Senhora da Conceição, avisava ao governador Gomes Freire de Andrade, que do Rio de Janeiro coordenava o esforço de guerra contra os espanhóis, que seria impossível manter por muito tempo a Colônia do Sacramento sem garantir o acesso livre à campanha, onde se poderiam conseguir alimentos frescos, pois os salgados continuaram a causar muitas doenças e o Rio de Janeiro não poderia continuar a remeter mantimentos sem experimentar escassez de víveres que já acometia Salvador (Revista do IHGRS, 1948, nº 109 a 112, p. 18).

Era constante a falta de alimentos frescos entre a tripulação da frota portuguesa, ocasionando várias doenças. O impressionante número de homens que se restabeleceu durante a viagem do Rio da Prata para o Rio de Janeiro sugere que o fingimento de doenças era uma das formas de resistência ao recrutamento forçado. Gomes Freire irritava-se com as constantes enfermidades que acometiam as tropas, dizendo que, dos reforços da Bahia, logo voltaram oitenta e cinco, “sem mais remédio que dormirem algumas noites nos quartéis”. Realmente, tudo indica que nem todos os que se queixavam de moléstias realmente estavam doentes, pois, quando Silva Pais pediu ao comandante da nau Conceição que enviasse ao hospital os 213 doentes que estavam a bordo, o número de enfermos subitamente se reduziu a vinte e seis, dos quais o brigadeiro achava que somente seis padeciam de alguma doença. Por isso Gomes Freire insistia que se fizesse um exame rígido entre os soldados que alegavam doenças para averiguar se realmente sofriam de algum mal, pois, para o governador do Rio, na

maioria dos casos, as queixas dos soldados não passavam de “mandriices ou bisonharias” (Documentos Interessantes, 1929, L, pp. 296).

O imenso esforço de guerra pela defesa da Colônia do Sacramento já começa a preocupar as autoridades coloniais. Embora o vice-rei escrevesse à corte que não tinha os meios necessários para socorrer Colônia, uma vez que lhe faltavam munições, armas e mesmo dinheiro para pagar os Terços da guarnição de Salvador, além de alegar que não encontrara no porto nenhum navio capaz que se pudesse armar para transportar os reforços a Sacramento (Documentos Históricos, 1951, XCI, pp. 58-61) conseguiu mandar novo socorro em 3 de dezembro de 1736. Composto de cem soldados retirados dos Terços da guarnição, cinquenta artilheiros, dois capitães e um alferes, este segundo socorro chegou quando os espanhóis já haviam levantado o cerco, sendo, portando, enviado para reforçar o novo estabelecimento criado no Rio Grande de São Pedro (MIRALES, 1900, p. 172).

Em janeiro do ano seguinte, o vice-rei queixou-se a Martinho de Mendonça de que para acudir Sacramento “será necessário destruir todas as praças da América dos meios de se poderem defender porque em todas vai faltando o dinheiro, a gente e os mantimentos” (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1911, II, p. 271).

De fato, o recrutamento forçado já começava a ameaçar a economia das áreas onde era praticado com maior intensidade. Em março de 1737, Martinho de Mendonça escrevia a Gomes Freire sobre a falta de oficiais nas forças de Minas Gerais, constantemente sangradas em benefício da Colônia do Sacramento. Dos últimos homens que enviara ao Rio de Janeiro, para dali seguirem rumo ao Prata, tecia um comentário pouco lisonjeiro, já que se tratavam de “novatos e eram o último refugio de todos os destacamentos” (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1911, II, p. 402). Em maio, o mesmo queixava-se de que “nas vilas do caminho velho se prende para a Colônia não só os vadios e moradores, mas os homens do caminho que vão buscar carregações ou vêm com elas” (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1911, II, p. 429). Preocupava-o, então, o fato de que o abuso no recrutamento compulsório, praticado nos caminhos que ligavam ao litoral, poderia gerar uma crise no abastecimento da capitania.

Apesar do imenso esforço de guerra, que possibilitou o envio para a Colônia do Sacramento de navios, homens e mantimentos, os resultados não foram os esperados. A superioridade naval dos portugueses no Rio da Prata não possibilitou a tomada de

Montevidéu, como era o desejo de D. João V, e os reforços não foram suficientes para obrigar os espanhóis a levantar o cerco a Colônia, embora conseguissem impedir a tomada da fortaleza pelo inimigo. A atuação da frota foi prejudicada pela falta de um comando centralizado, pois a carta régia em que constavam as ordens ao comandante da frota, Luís de Abreu Prego, não estabelecia precedências entre ele, o comandante da expedição de socorro, José da Silva Pais, e o governador da Colônia do Sacramento, Antônio Pedro de Vasconcelos. O comando superior ficara a cargo do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, que se conservava longe do teatro de operações (BARRETO, 1975, p. 15).

A fim de aliviar a falta de alimentos na Colônia do Sacramento, ordenou-se a evacuação da população civil. Enquanto alguns casais seguiram para o Rio de Janeiro, outros foram mandados para o Rio Grande, a fim de dar início ao povoamento da região. Os que não seguiram diretamente para o Rio Grande de São Pedro foram para lá remetidos sem muita demora. Em 1738, Gomes Freire enviou para a recente fundação muitos casais que anteriormente haviam evacuado a Colônia do Sacramento com destino ao Rio de Janeiro e Laguna (Anais da Biblioteca Nacional, 1936, L, p. 328). Além dos civis, muitos militares que embarcaram no socorro à Colônia do Sacramento, foram posteriormente destinados para a guarnição do Rio Grande.

Há poucas referências sobre os militares baianos que ficaram no Rio Grande de São Pedro. A documentação nos informa somente sobre os indivíduos que tinham contatos ou dinheiro suficiente para iniciar um processo administrativo que lhes permitisse voltar para casa. Em 16 de julho de 1742, Manuel Gonçalves Viana, sargento supra de infantaria da guarnição da Bahia pediu “para se recolher à dita sua praça, por se achar decrépito na idade e vir com tanta violência de um destacamento para outro” (Anais do Arquivo Histórico do RS, 1977, I, p. 179). Em 30 de julho de 1748, Amaro Botelho, soldado infante da praça da Bahia pediu seis meses de licença para retornar para casa na companhia do capitão João Caetano de Barros (Anais do Arquivo Histórico do RS, 1977, I, p. 231).

Temos o registro de um pedido para ficar no sul, o que representa provavelmente uma tentativa de ascender na carreira militar, mais fácil de ocorrer numa nova povoação do que em Salvador. Em 2 de maio de 1750, Antônio Soares da Fonseca, sargento do número da guarnição da Bahia pediu para sentar praça no Rio

Grande de São Pedro com o posto de alferes (Anais do Arquivo Histórico do RS, 1977, I, p. 249).

Tropas da Bahia continuaram a seguir para o Rio da Prata, mesmo depois de passado o período particularmente difícil representado pelo cerco à Colônia do Sacramento, que se estendeu de 1735 a 1737. Em 1748, Antônio Gomes de Sá fez um requerimento ao rei solicitando que o vice-rei nomeasse outro oficial para ocupar seu posto em Colônia. Dizia que em março de 1744 embarcara com uma tropa para Sacramento para substituir outra que deveria voltar à Bahia. Pedia sua volta a Salvador alegando que “o espaço de três anos que lá se acha o suplicante fora de sua casa, tem sido bastante a pôr as suas dependências e negócios dela em uma deteriorada situação, quanto mais estendendo-se a sua demora” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 94, D. 7548).

Em 1756, Antônio Gomes de Sá solicitava o posto de capitão numa “das companhias que se acham vagas” na Bahia. Dizia que “tem servido e serve a Vossa Majestade na praça da Bahia e na Nova Colônia do Sacramento mais de vinte anos com honra e bom procedimento”. Ocupara os postos subalternos até o de tenente da companhia do coronel Manuel Domingues Portugal, “que exercita há mais de seis anos como consta nos papéis de seus serviços” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 129, D. 10096).¹

Em 1789, Inácio da Soledade da Cruz escrevia à rainha D. Maria I, solicitando a remuneração dos serviços que prestara na Bahia e na Colônia do Sacramento. Em sua larga folha de serviço, dizia ter sentado praça voluntariamente em 3 de fevereiro de 1725, passando por todos os postos militares, de soldado até o de tenente, com o qual se achava aposentado. Servira na Colônia do Sacramento de 1736 a 1738, guarnecendo o baluarte de São João. Segundo os certificados que apresentou como prova de seu valor no real serviço, Inácio foi responsável pelo transporte de tropas, por patrulhas e participou do ataque ao exército espanhol que resultou na morte do comandante do campo de bloqueio, D. Francisco Neto (AHU_ACL_CU_005, Cx. 191, D. 13994).

¹ Embora no catálogo conste: “REQUERIMENTO de António Gomes de Sá ao rei [D. José] solicitando provisão para o posto de capitão de uma das companhias que se acha vago na nova colônia do Sacramento”. O documento em questão é claro em dizer que a vaga era para a Bahia e não para Sacramento: “porque na mesma praça da Bahia se acham vagas duas companhias que se hão de propor a Vossa Majestade para se consultarem na forma de suas reais ordens. Pede a Vossa Majestade lhe faça mercê provê-lo no posto de capitão de uma das companhias que se acham vagas”.

A manutenção da Colônia do Sacramento, pela sua posição geográfica, muito próxima aos estabelecimentos espanhóis, sempre exigiu um esforço considerável da Coroa portuguesa, em suprimentos e gente. Para povoar e defender Sacramento se recrutaram homens na metrópole e nas capitanias do Estado do Brasil. Se a maior parte dos homens recrutados no Brasil para o Rio da Prata seguia do Rio de Janeiro, mas também de São Paulo e Minas Gerais, em momentos críticos o recrutamento se estendia às capitanias nortistas da Bahia e de Pernambuco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Abeillard. “A Expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro”, in: *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, vol. 2, tomo 2, pp. 9-54.

CARDINI, Franco. *La Culture de La Guerre*. Paris: Gallimard, 1992.

COSTA, Fernando Dores. “Condicionantes Sociais das Práticas de Recrutamento Militar (1640-1820)”. *Separata das Actas do VII Colóquio “O Recrutamento Militar em Portugal”*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1996, pp. 1-24.

_____. “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar”, in: *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: quarta série, nº 149, vol. XXXIII, 1998, 969-1.017.

_____. “Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação”, in: *Revista Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: quarta série, nº 130, vol. XXX, 1995, pp. 121-155.

GOUVEA, António Camões; MONTEIRO, Nuno G. “A Milícia”, in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1997, IV, pp. 176-181.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2002.

MIRALES, José de. “História militar do Brasil”, in: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1900, XXII.

MONTESQUIEU. *Grandeur et décadence des Romains*. Paris: Flammarion, 1968.

PEREGALLI, Enrique. *O Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: UNICAMP, 1986.

SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Nova Fronteira, 1990.

SILVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*. Facsímile da edição de 1748. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.